



## PARTE H

### MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA

#### Aviso n.º 5522/2012

#### **Procedimento concursal comum, para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de um posto de trabalho, da carreira/categoria de técnico superior — área de atividade de ciências sociais.**

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 3 de abril de 2012, o procedimento concursal mencionado em epígrafe, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 107, de 2 de junho de 2011, determinei o encerramento do mesmo, sem produção de quaisquer efeitos, tendo em consideração que todos os candidatos foram excluídos do procedimento.

9 de abril de 2012. — Por delegação de competências do Presidente da Câmara (Despacho de 23/10/2009), a Vereadora do Pelouro dos Recursos Humanos, *Ana Pífaro*.

305961733

### MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

#### Aviso n.º 5523/2012

#### **Abertura de Período de Discussão Pública da proposta do Plano de Pormenor de Reconversão da AUGI do Bairro do Maçãs**

Torna-se público, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do art.º 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro e do artigo 91.º da lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação conferida pela lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, que a Câmara Municipal de Alcochete, em 21 de março de 2012, deliberou aprovar a abertura de período de discussão pública da proposta do Plano de Pormenor de Reconversão da AUGI do Bairro do Maçãs, por um período de 30 dias, com uma sessão pública, no mínimo.

Torna-se ainda público que o mencionado período de discussão pública terá início 5 dias após a publicação do presente aviso no *Diário da República*, nos termos da alínea a) do n.º 4 do art.º 148.º do citado regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.

A proposta do plano e demais documentação poderão ser consultadas nas instalações da Divisão do Ordenamento do Território da Câmara Municipal de Alcochete, sita no edifício dos Paços do Concelho, Largo de S. João, 2894 001 Alcochete e na Junta de Freguesia de Alcochete, sita no Rua Ruy de Sousa Vinagre, 2890-017 Alcochete, bem como no site da Câmara Municipal <http://www.cm-alcochete.pt>.

As reclamações, observações ou sugestões, deverão ser feitas por escrito, dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal de Alcochete e apresentadas até ao termo do referido período, nos locais indicados, por correio, por fax (212348690) ou através de endereço eletrónico [geral@cm-alcochete.pt](mailto:geral@cm-alcochete.pt).

30 de março de 2012. — O Presidente da Câmara, *Luís Miguel Franco*, Dr.

205964374

### MUNICÍPIO DE CÂMARA DE LOBOS

#### Aviso n.º 5524/2012

#### **Projeto de Regulamento Municipal de Remoção e Recolha de Veículos da Via Pública**

Torna-se público, nos termos e para os efeitos do artigo 118.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, e respetivas alterações, que, durante o período de 30 dias a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*, é submetido à apreciação pública o Projeto de Regulamento Municipal de Remoção e Recolha de Veículos da Via Pública, aprovado por unanimidade e em minuta em Reunião de Câmara, realizada em 30 de março de 2012.

Durante esse período, poderão os interessados consultar o referido projeto de regulamento, no Serviço de Administração Geral da Câmara Municipal de Câmara de Lobos, sita à Praça da Autonomia, 9304-001, Câmara de Lobos, no horário normal de expediente, ou no site oficial desta autarquia em [www.cm-camaradelobos.pt](http://www.cm-camaradelobos.pt), assim como nas sedes das Juntas de Freguesia deste concelho, e sobre ele serem formuladas, por escrito, as sugestões que se entendam, as quais deverão ser dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal de Câmara de Lobos, e entregues naquele serviço, ou a enviar, por carta registada com aviso de receção, para a referida morada.

3 de abril de 2012. — O Presidente da Câmara, *Arlindo Pinto Gomes*.

#### **Projeto de Regulamento Municipal de Remoção e Recolha de Veículos da Via Pública**

##### Nota Justificativa

O Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio (Código da Estrada), com as alterações que lhe foram sucessivamente introduzidas, estabelece normas relativas ao abandono e remoção de veículos nas vias públicas.

Não dispondo o Município de qualquer instrumento regulamentar de atuação nesta matéria, visa o presente projeto de regulamento colmatar essa lacuna através da definição de regras acerca dos veículos considerados abandonados ou em estacionamento indevido ou abusivo no concelho, evidenciando as responsabilidades de cada um dos intervenientes, com especial destaque para a autarquia e para os municípios; e, por outro lado, o estabelecimento das regras e os mecanismos que disciplinam e garantem o seu cumprimento no âmbito dos veículos abandonados ou mal estacionados para além dos limites permitidos, disciplinando os procedimentos necessários à sua remoção e recolha.

A Câmara Municipal de Câmara de Lobos, no âmbito da defesa do ambiente e como forma de proteger a paisagem, pretende dotar o Município de Câmara de Lobos de um instrumento que estabeleça regras acerca dos veículos considerados abandonados, em estacionamento indevido ou abusivo em todas as vias públicas da sua jurisdição.

O presente projeto de regulamento tem como objetivo criar condições efetivas para o cumprimento das exigências ambientais, harmonizando-as com as regras constantes no Código da Estrada e demais legislação em vigor. Esta preocupação ambiental conjuga-se com a melhoria do estacionamento, segurança e circulação de peões e automobilistas.

Pretendendo-se, assim, responsabilizar a autarquia, os municípios e as restantes autoridades competentes, para que, com a colaboração de todos, seja possível a melhoria da qualidade de vida e a defesa do meio ambiente do Município.

Serão consultadas a Polícia de Segurança Pública (P.S.P.) e a Direção Regional de Transportes Terrestres (DRTT), de acordo com o disposto nos artigos 117.º, n.º 1 do Código de Procedimento Administrativo.

Será ainda objeto de apreciação pública nos termos do artigo 118.º do Código de Procedimento Administrativo e submetido à aprovação da Assembleia Municipal.

Em cumprimento do disposto no artigo 112.º, n.º 8 da Constituição da República Portuguesa, o presente projeto de regulamento, elaborado ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa que atribui poder regulamentar aos municípios, o preceituado na alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º e da alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e do n.º 1.º do artigo 15.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, tem como leis habilitantes, a Portaria n.º 1424/2001 de 13 de dezembro e o disposto nos artigos 163.º e seguintes do Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de fevereiro.

## CAPÍTULO I

### Disposições Gerais

#### Artigo 1.º

#### Âmbito e Objeto

O presente regulamento estabelece o regime a que ficam sujeitos os veículos que apresentem sinais exteriores evidentes de abandono ou de impossibilidade de se deslocarem com segurança pelos próprios meios, os estacionados indevida ou abusivamente na área de jurisdição do